

O CONTEXTO HISTÓRICO DO CONCÍLIO DO VATICANO II

João Miguel Teixeira de GODOY*

RESUMO

O contexto geral no interior do qual aconteceu o Concílio do Vaticano II tem na Primeira e Segunda Guerra Mundial um momento decisivo, na medida em que nesses anos de conflito encerra-se uma etapa da história mundial onde o funcionamento da dinâmica global dependia e reafirmava a posição cêntrica da Europa, marcado então por um sistema de relações decorrente do equilíbrio de relações inter-estatais. O término dos conflitos mundiais definiu uma nova ordem mundial marcada agora por uma bipolarização entre URSS e Estados Unidos. Articulado a essas transformações identifica-se mudanças importantes nas relações sociais no interior dos Estados no ocidente e conseqüentemente mudanças significativas do ponto de vista culturais, ideológicas, dos valores e dos papéis sociais.

Palavras chaves: Conflitos mundiais, bipolarização, mudanças culturais.

ABSTRACT

The general context in the interior of which happened Concílio of the Vatican II has in First and the Second World War I a decisive moment, in the measure where in these years of conflict a stage of world-wide history is locked in where the functioning of the global dynamics depended and reaffirmed the cêntrica position of the Europe, marked then for a decurrent reception system of the balance of Inter-state relations. The ending of the world-wide conflicts defined a new world-wide order now marked for a bipolarization between the Ussr and United States. Articulated to these transformations identifies important changes in the social relations in the interior of the States in ocidente and conqüentemente significant changes of the cultural, ideological point of view, of the values of and the social papers.

Words keys: world-wide Conflicts, cultural bipolarization, changes.

Podemos considerar que as mudanças ocorridas na Igreja na segunda metade do século XX, tendo no Concílio do Vaticano II em 1962 um momento de inflexão decisivo e fundamental, representaram uma reação

institucional a um conjunto de mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, encaradas então como irreversíveis e pelas quais o mundo todo, mas particularmente o seu lado ocidental, atravessou em meados do

* Professor da Faculdade de História da PUC-Campinas.

século XX. Não resultou tão somente de uma tentativa ou proposta de adaptação a circunstâncias passageiras, mas de uma avaliação de tendências mais profundas, de mudanças que exigiam da Igreja uma nova postura e um novo modelo de intervenção na realidade. Creio que a natureza e a consciência da profundidade dessas tendências e transformações emergiram nos anos que se sucederam aos dois conflitos mundiais. De fato, os anos subsequentes ao fim dos dois conflitos mundiais foram palco de mudanças profundas no modo como até então vinham se desenvolvendo as relações sociais dentro de cada nação, as relações do conjunto das nações entre si, a dinâmica do mercado mundial, as formas de organização empresarial e todo um conjunto de características culturais, valores, comportamentos, papéis sociais, ideologias, etc, que caracterizavam a parcela do mundo conhecida como civilização ocidental. Foram anos críticos onde mudanças que certamente iniciaram-se antes e concluíram-se depois, atingiram ali um estágio onde dificilmente seria possível um retorno. A leitura que a instituição fez desse processo e o modo como definiu diretrizes de intervenção nele será o assunto dos artigos que vem a seguir. Aqui procuraremos apresentar as coordenadas gerais das mudanças ocorridas. Identificar os problemas mais evidentes, os personagens mais ativos e as tendências mais relevantes. Trata-se portanto de uma tentativa de contextualização e definição do emaranhado de problemas que caracterizam um momento de transição, de desarranjo e recomposição sistêmica.

Por outro lado, o século XX tem sido um período da história reconstituído e analisado pelos mais diferentes ângulos. Foi chamado de século americano, mas também de século marxista, de breve e de longo século XX (HOBSBAWM, 1998; ARRIGHI, 1997). Trata-se de um período onde a capacidade de registro sobre aquilo que os homens fizeram, pensaram e sentiram, e a intensificação da circulação de informações, não possui paralelo com outro momento da história. Talvez por isso mesmo, a abundância de informações acessíveis, e sua proximidade, ao mesmo tempo fator de enriquecimento da análise e abrindo possibilidades de pontos de vista tão díspares, por outro lado dificulta o discernimento das suas tendências mais profundas. De qualquer maneira, podemos sugerir que o século XX não deveria ser visto como um movimento contínuo, crescente e irreversível de ascensão e hegemonia de um modelo de sociedade de classes, economia mercantil e sistemas políticos reguladores de intervenção parcial na dinâmica das coisas onde os Estados Unidos representariam sua realização mais acabada.. Os anos

noventa parecem ter inspirado essa visão triunfalista depois do processo de esfacelamento e crise da URSS. Mas nos anos sessenta a certeza desse triunfo não era tão evidente assim. Embora a imagem de um gigante de pés de barro, no que se refere ao Estado Soviético, poderia ser encontrada num ou outro analista. Os modelos alternativos e rivais foram sendo, e continuam ainda hoje sendo, paulatinamente corroídos e moldados de maneira funcional a esse modelo dominante. Embora hoje esse modo de organizar a vida em geral é freqüentemente assimilado ao modo de vida americano, que de fato tem levado esse modelo ao limite. Mas não pode ser confundido com ele.

O século XX parece confundir-se com a história dos Estados Unidos e do americanismo como definição de princípios de organização da sociedade no seu conjunto. Mas hoje esse modelo já não inspira tanta confiança e admiração. Poderíamos sugerir que o modelo americano foi vítima de seu próprio sucesso. O problema é que sua crise, principalmente crise de legitimidade, pode levar de roldão elementos fundamentais que de um modo ou de outro balizaram a construção civilização ocidental desde seu início.

Nos anos sessenta, entretanto, a emergência do poder americano ainda dividia a arena internacional com a URSS, e a crise dos anos oitenta poderia ser prevista ou desejada por um ou outro analista, mas tudo estava mais indefinido. De modo que, o século XX pode ser reconstituído a partir de duas linhas. De um lado, a consolidação e os primeiros indícios da crise de um modelo de sociedade construído sob alguns princípios culturais que vieram se formando desde o Renascimento Humanista do século XVI pelo menos, mas com mais clareza a partir do Iluminismo do século XVIII, no qual pode-se identificar um processo de racionalização geral das instâncias que compõem a realidade. De outro, esse modelo foi conduzido até suas últimas conseqüências pela sociedade americana, não sem forças opositoras e contradições, até o momento atual. O Concílio do Vaticano II realizado em 1962, aconteceu portanto no meio desse movimento e suas conseqüências se fizeram sentir até os dias atuais.

II

A segunda metade do século XX define-se por um conjunto de questões ligadas, de certa forma, a emergência de duas potências mundiais. Cujos contornos e poderes foram definidos inicialmente por um conjunto de acordos

e conferências, nas quais as mais importantes foram a Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, e o Acordo de Potsdam, em julho de 1945. Do ponto de vista político, o cenário no qual os Estados Unidos e Rússia emergiram como polos articuladores de sistemas de poder com proporções internacionais foi aquele afetado pelos desdobramentos dos dois conflitos mundiais, I e II Guerras Mundiais, que conforme o tempo vai nos afastando delas tendemos a considera-las uma única guerra dividida em dois momentos, dado que os fatores que as desencadearam são similares. Ou seja, estão ligados às repercussões da chamada Grande Depressão de 1873-96 no sentido de colocar fim à hegemonia Britânica sobre o mercado mundial (ARRIGHI, 1997)

Após encerrada a II Guerra, os fatos e as tendências mais importantes podem ser resumidas como segue. Em primeiro lugar, o desdobramento mais importante do longo período envolvendo as duas guerras, foi o deslocamento da Europa da posição cêntrica que até então se encontrava num sistema econômico e de poder organizados em escala global. Esta posição foi construída ao longo do período moderno, entre os séculos XVI e XVIII, e consolidou-se no séc. XIX. Acompanhou e foi sustentada por um processo crescente, mas não linear, de mercantilização da economia europeia que, grosso modo, inicia-se no século XI, junto com o surgimento das feiras e cidades, numa escala regional portanto, e após a chamada época dos descobrimentos marítimos, passa a envolver outros povos e civilizações: a África, o Oriente e a América. O movimento de expansão espacial foi acompanhado de um aprofundamento em termos dos tipos de produtos que passam a integrar esses circuitos da economia mundial: especiarias e escravos africanos, especiarias orientais e americanas. (GODINHO, 2002). O conjunto, de modo geral, foi montado pelos Estados europeus e suas respectivas burguesia de mercadores aliadas. O posição cêntrica reservada à Europa gerou ganhos e vantagens em relação às outras regiões. Não apenas porque era o centro de cruzamento das rotas mas porque e tornou-se o centro irradiador do poder político cujo desdobramento fundamental foi a imposição de monopólios sobre a circulação e transporte dos produtos. Além disso, não menos importante foram as vantagens decorrentes das relações com civilizações não mercantis, com diferentes critérios de valorização dos produtos e mercadorias. Resultou desse processo um impacto multiplicador na economia européias acelerando e aprofundando a mercantilização de sua economia. A consequência política ligada a esse processo percebemos no longo período de revoluções que levaram

à desmontagem das Monarquias Absolutistas, inicialmente na Inglaterra e depois, com mais visibilidade, na França no final do séc. XVIII. Do ponto de vista econômico tivemos um conjunto de transformações expressas pela idéia de uma Revolução Industrial.

A Europa era o centro dessa rede mundial de relações. Mas não era um centro homogêneo. Era, na realidade, um agregado instável de Estados autônomos e rivais. A história das relações internacionais, a partir do séc. XVI, tal como apontou P. Renouvin (1978), pode ser caracterizada pelo conflito permanente e pela sucessão de hegemonias. No século XVI após um período de relativo equilíbrio consolida-se a hegemonia Espanhola que dura até a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), sucedida então pela França. Na chamada Guerra dos Sete Anos (1756-1763) quando se opõem França e Grã-Bretanha, esta última assume o controle dessa rede já bastante articulada dos processos de produção e comércio mundiais.

Foi esse mundo que veio abaixo com a I e II Guerra Mundial. A intensidade e os impactos dos conflitos mundiais podem ser vistos como um resultado lógico dos princípios e condições sobre os quais o sistema de relações mundiais operava. Resultado lógico e também limite previsto. Para analisarmos os fatores fundamentais que conduziram os Estados Europeus a uma escalada de conflitos e lutas pelo poder que terminaram por levá-los a ruína, tomaremos como guia as análises desenvolvidas pelo historiador Giovanni Arrighi (1997). O fato é que por mais que a vigência do pensamento liberal no séc. XIX, tenha produzido em nós a crença na existência de um mercado impessoal, agindo através de suas mãos invisíveis por cima dos interesses individuais e estatais, restringindo poderes, funções e capacidade de intervenção estatal sobre a vida econômica, na realidade o controle do Mercado Mundial tornou-se a condição e instrumento do domínio inglês. O controle que a Inglaterra exerceu sobre o Mercado Mundial e sua posição central no controle dos fluxos comerciais e financeiros globais, fundamentou-se sobretudo na sua capacidade de redefinir a divisão internacional do trabalho e elaborar um mecanismo sofisticado de distribuição de poder e riqueza entre um conjunto de grupos dominantes situados em diferentes pontos desse circuito integrado. O auge e ao mesmo tempo o fim da hegemonia britânica ocorreu nas duas última décadas do século XIX, grande parte em função dos desdobramentos da Grande Depressão de 1873-1896, caracterizada, entre outras coisas, pelo ingresso no mercado europeu de produção de gêneros de abastecimento (grãos) vindos de maneira expressiva dos Estados Unidos, mas não só.

Beneficiando, nesse sentido, principalmente a Inglaterra que tinha o controle desse mercado. Mas afetando de maneira negativa principalmente a Alemanha, cuja capacidade de expansão e modernização de seu complexo industrial baseava-se numa economia doméstica relativamente estreita. Realidade similar a da Itália nesse momento.

O desdobramentos mais evidentes desse quadro podem ser divididos em dois aspectos. Em primeiro lugar a intensificação dos conflitos inter-estatais ligados à emergência do novo estado nacional unificado alemão. A Alemanha se unificou tardiamente num processo que articulou desenvolvimento econômico, propiciado por uma política de união aduaneira lançada em 1834 (Zollverein) e pelo crescimento da indústria pesada (metalurgia, siderurgia, mecânica), e conflitos militares contra a Dinamarca em 1864, contra a Áustria em 1866 e contra a França em 1870-71, sob o comando do Rei Guilherme I e Otto von Bismarck. Dessa articulação resultou um complexo-industrial-militar bastante poderoso. A capacidade de sustentação e manutenção das taxas crescentes de desenvolvimento conduziram a Alemanha, assim como a Itália e também o Japão, a buscarem formas de participação e acesso aos recursos da economia mundial e à corrida colonial. Esse foi o contexto para o surgimento e expansão de ideologias revanchistas que estão nas bases da ascensão do Nacional Socialismo e do Fascismo.

Em segundo lugar, a intensificação dos conflitos sociais no interior de cada Estado e sociedade da Europa. O século XIX deve ficar conhecido na história como o século da miséria operária. As imagens mais expressivas disso podemos observar nas condições em que o processo de industrialização da Inglaterra ocorreu: longas jornadas de trabalho, uso extensivo de trabalho infantil, condições de trabalho precárias, as “satânicas fábricas” inglesas, a realidade dos bairros operários nas cidades industriais, etc. Mas foi, em contrapartida, um século de conflitos sociais intensos, do início da organização de associações de defesa operária, bem como de tentativa de elaboração de ideologias que fornecessem um mínimo de organicidade e legitimidade dessas lutas populares. O objetivo desse investimento intelectual e sua grande ambição estava na elaboração de um método de análise da realidade, elaborado em bases científicas, capaz de fundamentar projetos de mudança social. A reação freqüente dos grupos dominantes resultou de uma combinação de atendimento parcial e precário das reivindicações e repressão. O quadro geral sofreu alterações entre o final do século XIX e início do

XX quando o crescimento industrial tornou-se uma realidade em outras nações européias além da Inglaterra. A presença maciça da classe operária e a conseqüente expansão de seu poder social conduziram a um processo contínuo de alargamento do sistema político liberal no sentido de acomodação desses novos personagens que entravam em cena. Porém nos Estado periféricos ao núcleo orgânico da sociedade européia, Rússia por exemplo, as condições de penúria se ampliaram.

A precipitação da guerras anunciadas, os dois conflitos mundiais, permitiram novas combinações desses ingredientes apontados acima. Em linhas gerais o que ocorreu foi o seguinte: as guerras desencadearam uma onda de avanço econômico e industrial juntamente com a ampliação quantitativa da classe operária e de sua importância social, ou de seu poder social como quer Arrighi. Cresceu igualmente e se intensificou o processo de acumulação de capital e da capacidade dos grupos industrial atenderem as reivindicações da massa operária e acomodação na ordem em vigência. Contraditoriamente, a guerra significa também uma destruição dos meios e processos, sistemas interligados de produção e intercâmbio, a partir dos quais os recursos são gerados. Em resumo, ao mesmo tempo em que se ampliam a força, capacidade de intervenção e poder social operário, diminui a capacidade de atendimento das reivindicações ampliando a miséria e penúria dos setores operários. O resultado é explosão dos conflitos sociais. Se juntarmos essa situação com a desorganização das redes de poder nacionais e mundiais e a diminuição de capacidade repressiva dos estado, explicamos os movimentos crescentes de conflito social cujo auge podemos encontrar em 1917 na Revolução Russa e 1949 na Revolução Chinesa. Do lado ocidental temos os movimentos grevistas nos Estados Unidos e Inglaterra no final dos anos 30 e 40 cujos resultados foram uma melhoria na participação econômica e representação política dos trabalhadores na ordem social.

Essa polarização se refletiu no plano das idéias e das propostas socialistas entre reformistas e revolucionários. De um lado Bernstein e de outro Lênin. No meio ficou Kautsky e a Social democracia alemã. A incapacidade política dos socialistas alemães decidirem entre reforma e revolução, de certa forma desarmou a capacidade de resistência contra a ascensão do nazista e do Fascismo, agravando as condições de Guerra e conflito social.

A I e II Guerra Mundial, nesse sentido, encerra vários significados. De um lado, podem ser vistas como o término

de um longo período de dominação dos Estados Europeus sobre os circuitos da Economia Mundial. Como vimos, os Estados emergentes europeus foram os responsáveis ativos na construção de uma economia mercantil organizada em escala mundial, funcionando a partir de uma articulação específica entre centro e periferia. A um movimento centrífugo de decisão políticas combinou-se outro centrípeto de ganhos econômicos. Junto a essa dimensão “destrutiva”, pode-se agregar outra mais construtiva. As guerras criaram as possibilidades de aprofundamento de tendências e potencialidades que vinham de antes, desde pelo menos o final do século XIX. De um lado, a exigência crescente de recursos e meios definiu um panorama propício a expansão dos negócios, principalmente, mas não apenas, o setor de produção de armamentos. As consequências da Guerra na Europa e o subsequente processo de reconstrução acentuou essa tendência. Os Estados Unidos saíram como a nação mais beneficiada por estas condições. No final eram os responsáveis por quase dois terços da produção industrial do mundo (Hobsbawm, 1998, p.254). Mas não só do ponto de vista da acumulação do capital, expansão industrial e hegemonia política correspondente a esse avanço econômico, mas igualmente na ampliação da capacidade de seus grupos dominantes de acomodarem as reivindicações operárias e o poder social crescente desses setores. Embora isso não tenha se dado sem conflitos. Apenas em 1946 ocorreram nos EUA algo em torno de 5.000 greves, envolvendo 4,5 milhões de trabalhadores.

De outro lado, os efeitos catastróficos das guerras em setores da economia européia e a desmontagem da capacidade produtiva de vários países, conduziu a um processo de empobrecimento e miséria de grandes parcelas da população. Esse quadro alimentou as propensões revolucionárias e a legitimidade política de vanguardas socialistas. Em 1917 os Bolchevistas assumem o poder na Rússia, orientados por um projeto de implantação do socialismo a partir do Estado. Em 1919 tenta-se repetir o processo na Alemanha, mas a revolução fracassa. Em 1949 Mao Tse-tung lidera a revolução socialista vencedora na China.

O que veio em seguida foi um desdobramento desse quadro geral. O antigo sistema inter-estados foi substituído por uma bipolarização entre Rússia e Estados Unidos, que definiram as linhas de força da história mundial do pós-guerra até pelo menos 1989 com a queda do muro de Berlim. Essa nova realidade, não apenas política e econômica, mas com profundas repercussões na sociedade,

na cultura e nos valores, exigiu mudanças muitas vezes radicais do quadro institucional. A Igreja não podia ficar fora desse processo. Como afirmamos acima, o Concílio do Vaticano II foi uma resposta a tudo isso. Vejamos então as características e tendências mais importantes desse novo momento.

III

A polarização entre URSS e Estados Unidos e o que resultou disso em termos de corrida armamentista, tensões internacionais, disputas por áreas de influência, recebeu o nome de “Guerra Fria”. Segundo Hobsbawm (1998), a peculiaridade dessa guerra foi que de fato ela não ocorreu e a possibilidade de ocorrer era relativamente remota, embora do ponto de vista da retórica que a envolveu a impressão que ficou foi exatamente oposta.

De 1917 até o fim da II Guerra Mundial a construção do socialismo ficou circunscrita num só país, na Rússia e posteriormente, em 1922 depois da reintegração das suas províncias, chamada de URSS. A principal inovação introduzida na economia pelo Estado Soviético foi a estatização radical dos meios de produção e intercâmbio e o planejamento sistemática das etapas de crescimento da estrutura econômica. O modelo tem início em 1921 com o NEP e 1928 com a aplicação dos planos quinquenais de desenvolvimento. Isso articulado com um modelo político centralizador, ratificado na constituição de 1924, sob o comando do Comitê Central do Partido Comunista. A expansão do socialismo após 1945 não se dá a partir de novos movimentos revolucionários comandados e impulsionados pelo proletariado industrial mas sobretudo como obra de exércitos. Assim foi na Europa Oriental em países como Bulgária, Tchecoslováquia, Romênia, Polônia, Hungria e Alemanha Oriental. Na Albânia e Iugoslávia houve a participação fundamental dos exércitos nacionais, bem como na China. A revolução socialista avançou igualmente vinculada aos movimentos de libertação nacional em lugares como Indochina, sob a liderança de Ho Chi Min que em 1931 funda o Partido Comunista da Indochina, toma o poder no norte do país e cria a República Democrática do Vietnã; e na Coreia A Revolução Socialista avançava na periferia e nos principais países do ocidente capitalista assistiu-se um processo de reorganização do operariado industrial, intensificação dos movimento grevistas, ascensão de Partidos Trabalhistas e mesmo Partidos Comunistas como na Itália e França em função das lutas contra a ocupação alemã durante a Guerra.

As tendências decorrentes da recuperação dos efeitos das guerras no lado ocidental, Europa e Estados Unidos, representaram, de certa forma, uma reação à expansão do socialismo dentro e fora de suas fronteiras. O centro da reação e a base do seu sucesso foi sem dúvida a expansão da economia e do poder dos Estados Unidos. A construção do capitalismo americano desde meados do século XIX, de maneira mais evidente após o término da Guerra Civil, deveu-se a articulação dos seguintes elementos: derrota do sistema escravista do sul, expansão para o oeste, montagem de um mercado interno de consumo de massa, carência e custos elevados de mão de obra nas cidades industriais do leste, industrialização baseada no investimento intensivo de tecnologia e aumento da produtividade do trabalho, com objetivo de compensar carência e custo, estandarização da produção, formas inovadoras de organização racional do trabalho ou taylorização, surgimento de empresas organizadas em grandes corporações, administradas burocraticamente e integradas verticalmente sob domínio do capital privado e sistema político voltado para os interesses dos negócios.

A emergência do Estado americano como grande potência esteve ligado, em primeiro lugar, à sua capacidade de colocar um fim ao modo de organização do sistema mundial até então vigente, criando mecanismos de pacificação da relação entre os estados europeus e ao mesmo tempo reconstruir o Mercado Mundial. A nova ordem mundial que se inaugura com a hegemonia americana funda-se portanto numa política consciente de apoio à descolonização, encerrando o período de intensas disputas entre as nações européias pelo domínio de colônias. A criação e o desempenho da própria ONU, em 1946, acabou por cumprir um importante papel no sucesso dessa política. A idéia de se criar uma organização internacional capaz de viabilizar soluções negociadas entre as nações e evitar guerras teve origem no final da Primeira Guerra, em 1919, com a Liga das Nações, que fracassou nos seus objetivos não apenas por falta de força militar, mas porque o contexto era outro. A ONU (Organização das Nações Unidas) resultou de um processo de esgotamento do sistema de equilíbrio inter-estatal e teve por base um momento onde o desafio maior seria sua capacidade de se equilibrar entre as demandas e interesses entre os dois blocos que passaram a definir os rumos da nova situação mundial. Os princípios orientadores da atuação dos Estados Unidos nesse momento foram inicialmente formulados durante a presidência de Harry Truman e por isso ficaram conhecidos como a Doutrina Truman, que visavam ao mesmo tempo interromper o processo de avanço do bloco socialista

garantindo aos americanos posições estratégicas na Europa Central e Balcânica, bem como no oriente. E, por outro lado, pacificar as relações entre os demais membros do bloco capitalista. Resultou dessa política a criação da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

Em segundo lugar, o avanço dos Estados Unidos dependeu e esteve diretamente ligado à capacidade apresentar uma solução para os conflitos entre o capital e o trabalho internamente, acomodando as reivindicações de seu operariado industrial numericamente expressivo e com capacidade de organização correspondente ao avanço industrial americano durante e após as guerras mundiais. Tal capacidade de acomodação, entretanto, articulava-se com uma política de expansão transnacional das empresas corporativas. A possibilidade de enfrentar as ameaças de crise no pós-guerra, decorrentes da desmobilização militar e diminuição da demanda por armamentos, dependeu da capacidade de exportar o modelo americano para fora, ou seja, criar fora dos Estados Unidos um mercado de consumo de massa assim como existia internamente. Durante a Segunda Guerra a estrutura industrial americana aprofundou tendências que vinham de antes, tanto do ponto de vista técnico como organizacional, ou seja, mudanças ocorridas no chão da fábrica. Taylorismo e fordismo foram os nomes dados a essas inovações, estudadas e analisadas de maneira muito interessante por Harry Braverman (1987). O que surgiu foram conjunto de empresas diversas mas integradas verticalmente e gerenciadas por burocracias empresárias. De outro lado, as técnicas de produção em série, a linha de montagem, a padronização e a busca do ganho obtido a partir da escala de produção, vinculavam-se a um processo de organização racional do Trabalho, como dizia F Taylor, cujo objetivo era simplificar movimentos, economizar tempo, e, conseqüentemente, diminuir a dependência da produção do saber e habilidades do trabalhador. O Taylorismo, de certa forma, levou às últimas conseqüências aquele processo de alienação do trabalho apontado por Marx quase um século antes, onde a fábrica possibilitava um movimento contínuo e permanente de transferência do trabalho para o capital do controle das condições e saber operário. Isso tudo articulado à política fordista de salários mais elevados, foram os ingredientes necessários ao surgimento de um mercado de consumo de massa nos Estados Unidos. Essa política teve três desdobramentos importantes: em primeiro lugar a desqualificação abriu espaço para o ingresso em larga escala de mão de obra feminina e imigrante; em segundo, esse mesmo movimento deslocou o andamento e regularidade do processo

produtivo do saber e habilidade da força de trabalho para sua vontade de cooperação e adesão voluntária no esforço produtivo; e em terceiro lugar, a emergência do poder de um corpo técnico de gerentes. Foi sobre essa realidade que a chamada Escola de Chicago de sociologia se debruçou, onde se destaca a obra de Elton Mayo. Decorre disso, igualmente, a pressão interna nos Estados Unidos de vigilância e controle ideológico e da capacidade de ação dos sindicatos, como demonstram a aprovação pelo Congresso americano da lei Taft-Hartley, de 1947, e a atuação do Senador MacCarthy na presidência da Subcomissão Permanente de Investigações do Senado, no final da década de 40 e início de 50. Decorre disso igualmente todo o conjunto de leis sociais implementadas na década de 60 pelo governo de Lyndon Johnson.

A ascensão da América a posição de grande potência mundial esteve ligada, em terceiro lugar, às oportunidades e necessidades de exportação de seu modelo para o restante das nações capitalistas. Os efeitos desestruturadores da guerra sobre a sociedade e economia européias foram profundos, causando carências de alimentos, combustíveis, matéria-prima e recursos financeiros. O trabalho de reconstrução que o momento exigia definiram as circunstâncias propícias à consolidação de economia e hegemonia política americana. O Plano Marshall aprovado em 1948 pelo Presidente Truman, previa ajuda financeira na ordem de 17 bilhões de dólares a serem concedidos entre 1948 e 1952. Além de possibilitar o início da reconstrução da Europa lançou as bases da integração econômica dessa região culminando em 1957 na criação do Mercado Comum Europeu. Não foi apenas o grande capital corporativo americano que ganhou com o processo, mas governos e empresas européias também. Resultou disso tudo, a generalização na Europa do modelo americano de organização da produção, acumulação de capital e organização das relações capital e trabalho. Assim como nos Estados Unidos ondas grevistas explodiram nos finais das décadas de 30 e 40, na Europa o mesmo fenômeno ocorre no final das décadas de 60 e início de 70.

Um primeiro efeito da ascensão das duas superpotências, URSS e EUA, como já mencionado acima, foi a substituição do sistema de conflito permanente, busca de equilíbrio e sucessão de hegemonias, que teria caracterizado a ordem mundial até o início do século XX, por esta situação equilíbrio tenso entre dois blocos marcados por ideologias políticas diferentes e diferentes maneiras de se organizar a economia e a sociedade. A esta nova situação chamou-se Guerra Fria. Na verdade, apesar

do respeito mútuo que cada superpotência pautou suas relações com a outra, ocorreram situações e momentos em que se pensou seriamente na possibilidade de um conflito aberto. Até 1953 as relações foram mais tensas mas a partir de então houve um relativo relaxamento dando início a uma política de acomodação a coexistência mais pacífica. Entretanto, a partir de 1960 as relações subitamente se deterioraram a partir de alguns incidentes internacionais como a derrubada, em território da URSS, do avião de reconhecimento U-2 com o piloto americano Gary Powers, a elevação do muro de Berlim e o problema dos mísseis soviéticos em Cuba. Apenas a partir de 1965 as coisas se esfriam novamente com a adoção de uma política de distensão mais duradoura. O segundo efeito dessa nova situação internacional baseada na rivalidade de dois blocos, foi a tentativa de alguns países, conduzidos por suas respectivas lideranças, de encontrar uma terceira alternativa que não resultasse no alinhamento com os dois blocos existentes. Chamou-se a isso de “Terceiro Mundo”. A busca de um espaço alternativo certamente esteve ligado ao aumento do número de estados independentes após o término dos conflitos mundiais e ao processo de descolonização. O apoio e muitas vezes ajuda direta que URSS e Estados Unidos deram aos novos Estados que surgiram após a Segunda Guerra com a superação do colonialismo, explicam a proliferação de Estados Independentes. Não eram apenas novos Estados surgidos na Ásia e África, mas outros mais antigos que estavam enredados no moderno sistema internacional de dependências, como os Estados da América Latina. Também estes passaram a integrar esse conjunto amplo e variado do Terceiro Mundo. Embora a política de apoio das grandes potências ao surgimento de Estados soberanos compunha parte de suas estratégias de construção de hegemonia, o resultado acabou sendo o surgimento de uma situação de difícil controle. Os princípios que orientavam esses Estados foram definidos inicialmente em abril de 1955, num encontro realizado em Bandung, na Indonésia organizado pelas lideranças da Birmânia, Ceilão, Índia, Indonésia e Paquistão. Depois foram ratificados num encontro realizado na Iugoslávia em 1956. Propunham a cooperação dos países afro-asiáticos, o direito a autodeterminação dos povos, condenavam a corrida armamentista e as armas nucleares, entre outras coisas. Mas o que de fato unia esses países, além da pobreza e do enorme contingente populacional que abarcava (Hobsbawm, 1998, pp337-362), era de que as promessas contidas no famoso “ponto quarto” do discurso sobre o estado da União do presidente norte-americano Truman

se realizassem efetivamente. Nesse discurso um programa de desenvolvimento econômico para os países pobres do mundo foi lançado, com ajuda do capital privado dos países adiantados e dos Estados Unidos. Tratava-se de um desenvolvimento industrial nos marcos de uma economia capitalista. Mas foi graças a isso que os americanos puderam aparecer no mundo como defensores da democracia, dos povos dominados, como agente do progresso e da união do capital e do trabalho.

O desenvolvimentismo como ideologia, como programa de governo e instrumento de modernização, foi particularmente importante na história dos países latino-americanos a partir do final dos anos 40. Apesar da variedade de experiências nacionais e das exceções de praxe, os principais países da América Latina, como Brasil, México, Chile e Argentina, engajaram-se num processo de desenvolvimento industrial e busca de superação de uma forma de inserção nos circuitos da economia mundial baseada fundamentalmente na oferta de produtos primários. O modelo de desenvolvimento, se assim podemos chamá-lo, contém alguns elementos comuns. Em primeiro lugar, a presença central do Estado não apenas criando um ambiente favorável e estimulante ao crescimento industrial mas se envolvendo diretamente no investimento de infraestrutura e assumindo o controle direto de alguns setores como a indústria de base; em segundo lugar a ação do Estado se direcionava para o objetivo maior de criar a nação, mesmo ao preço, na maioria das vezes, do sacrifício e até exclusão de certos segmentos da sociedade; em terceiro lugar, como mecanismo, a industrialização por substituição das importações. Nesse ponto, em alguns países organizou-se uma divisão de tarefas entre empresas estatais, capital privado nacional e empresas multinacionais. Em quarto lugar, a organização do sistema político ficou conhecida como populismo, ou seja, uma forma de acomodação dos trabalhadores urbanos, com força ampliada devido ao processo simultâneo de urbanização e industrialização, no esquema de poder mas não autonomamente. Nesse aspecto específico, a forma política de condução do processo de modernização, foi, entretanto, de uma instabilidade extrema. Por fim, a ideologia que justificava o plano geral de desenvolvimento foi o nacionalismo. O modelo resultou num grande sucesso do ponto de vista econômico e de desenvolvimento industrial principalmente, mas não foi capaz, talvez porque não tinha esse objetivo específico, resolver o problema crônico da miséria de vastas parcelas da população dos países latinos americanos.

Estas seriam as características políticas e econômicas mais gerais definidoras do contexto no interior do qual ocorreu o Concílio do Vaticano II. A perda da posição cêntrica da Europa na economia mundial; a expansão do socialismo; a construção da hegemonia norte-americana; a bipolarização; a Guerra Fria; a descolonização; a emergência do Terceiro Mundo. Este foram os temas e problemas novos que terminaram por exigir uma remodelação institucional da Igreja Católica no início dos anos 60.

IV

Dentro do enquadramento geral apresentado até agora, pensamos que um aspecto importante a ser considerado nessa reconstituição muita ampla do contexto dos anos cinquenta e sessenta, foram as mudanças que ocorreram na esfera da sociedade, da cultura e dos valores. Sozinhos não explicariam muita coisa, mas inseridos nas linhas de força apontadas até o momento, adquirem um novo sentido. Aqui o historiador Hobsbawm traça um quadro muito interessante e detalhado sobre aquilo que chamou de uma revolução social e cultural nos anos que correspondem a “Era de Ouro” do capitalismo. Chama a atenção, por exemplo, para o desaparecimento do campesinato decorrente em grande parte do acelerado processo de industrialização e urbanização que os países mais importantes do planeta sofreram. Junto a isso, o novo papel que a educação escolar passou a ter e a massificação do acesso ao ensino formal, dando origem a uma nova força social e política que foram os jovens estudantes. Também o lugar e o papel previsto para as mulheres passou por transformações brutais nesse período. Não apenas por que ingressou no mercado de trabalho, coisa que já vinha ocorrendo desde o final do séc. XIX, mas em função de uma conjunção de fatores como a ampliação da importância dos setores secundário e terciário nas economias ocidentais, setores que tradicionalmente abrigavam um amplo contingente de trabalhadoras, aumento da taxa de escolarização, ampliação dos direitos políticos, movimento feminista, entre outros. A lado dessas mudanças sociais assistiu-se igualmente mudanças significativas no padrão de organização familiar. A família encarada não mais como unicamente como uma instituição voltada para a produção e reprodução da força de trabalho, em termos inclusive morais e culturais, mas sobretudo vista como uma célula de consumo, transferindo para fora funções antes vistas

como exclusivas como o cuidado dos filhos e velhos, educação, etc.

A consolidação da idéia de que as pessoas passam por uma fase específica da vida entre a infância e a vida adulta, também se consolidou nesse período dado a massificação do ensino universitário principalmente e a exigência das novas qualificações, mas também a necessidade de retardar o ingresso no mercado de trabalho em função da expansão de emprego de tecnologia poupadora de trabalho nos setores produtivos e de serviços. Surge então uma cultura jovem que teve repercussão internacional a partir da música e da moda, bem como de um estilo específico de vida. Um aspecto particularmente interessante entre os desdobramentos desse conjunto de mudanças apontados até agora se deu no campo dos valores morais. Quais seriam os resultados do ponto de vista dos valores daquilo que Karl Polanyi chamou de sociedade “de mercado” e não apenas “com mercado” (Polanyi, 2000) ?. As avaliações que alguns intelectuais fazem desse processo caminham no sentido de apontar para o crescente individualismo e o “rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais” (Hobsbawm, 1998, p.328). Ou seja, o afrouxamento e crise dos modelos e padrões de comportamento esperados e que garantiam aquele mínimo de previsibilidade das ações e reações humanas que tornam a convivência social possível, não foram simplesmente substituídos por outros, mas parecem tender a desaparecer ou se atomizar de tal modo que a própria noção de sociedade ficaria comprometida. Gente como Hannah Arendt falava de uma crise da comunidade, da tradição e dos vínculos entre passado e presente, comprometendo o próprio conceito de experiência e de autoridade e a capacidade de uma geração transmitir seus conhecimentos para outra. Assim como J. Habermas e Claude Lefort, afirma que a grande questão que a modernidade coloca é a da recuperação da capacidade de vivermos juntos e fundar uma verdadeira república.

Um último ponto que gostaria de chamar a atenção diz respeito a mudanças de postura sobre os princípios culturais mais gerais sobre os quais todo nosso mundo esteve estruturado pelo menos desde o século XVIII, ou seja, a idéia de progresso, razão, técnica, etc. Pensadores como Voltaire, Montesquieu entre outros, alimentaram a imaginação do ocidente colocando-o como civilização representativa de um momento culminante do processo evolutivo humano. A história da sociedade ocidental seria então a expressão mais acabada da vitória contínua da

razão contra todas aquelas forças que enfatizavam os particularismos, os privilégios, os costumes e a tradição. Enquanto os franceses enfatizavam o lado mais cultural desse processo, a vertente escocesa da ilustração, para usarmos uma expressão de Josep Fontana, entendia progresso como um processo contínuo e acumulativo de enriquecimento material e econômico. Na França, na Inglaterra, na Alemanha, e outros países europeus, o conceito de modernidade resumia essa maneira de interpretar a história humana, como a luta do universal contra os particularismos. E a partir desses países a história do mundo todo passou a ser definida pelos resultados técnicos, científicos, políticos e coloniais da razão modernizadora. Com impacto nas diversas esferas da vida, da relação entre os sexos, entre as classes sociais, entre os países europeus e ou outros, entre a vida privada e pública Mas no final do século XIX e início do XX essas concepções passaram a fazer parte de elites regionais espalhadas por diferentes partes do mundo. No Brasil, por exemplo, chegou pelo positivismo no começo do período republicano. Parece que todas as crenças que a sociedade ocidental investia nesses princípios sofreram um abalo significativo no pós-guerra

No final dos anos 80 e início dos anos 90, alguns intelectuais europeus começaram a pensar num balanço das realizações da sociedade orientada pelo projeto de modernização e os vários indícios de crise disso que um sociólogo francês chamou de “conceito clássico de modernidade” (Touraine, 1995). Livros como o de Robert Kurz “O colapso da modernização” ou mesmo o de Touraine “Crítica da modernidade”, traduziam um esforço de avaliação da trajetória das sociedades modernas até aquele momento e a tentativa de apontar as alternativas e identificar as propostas de substituição de um modelo esgotado por outro. A constatação era de que o século XX, mas de maneira mais expressiva anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, demonstraram as possibilidades máximas e os limites mais perigosos dos princípios orientadores da sociedade ocidental.

Touraine identifica três momentos, ou sintomas da crise do conceito clássico de modernidade, as quais passamos resumir agora. A primeira etapa envolve a passagem do século XIX para o XX. O nascimento da sociologia e a obra de Max Weber podem ser vistas como uma das expressões de uma tomada de consciência sobre os perigos implícitos no racionalismo e na racionalidade instrumental dos técnicos como princípio de construção da sociedade moderna. Vinte ou trinta anos depois os

intelectuais alemães da Escola de Frankfurt retomaram essa discussão. Weber e os weberianos colocavam a seguinte questão: que implicações tem um mundo puramente instrumental, um mundo sem deuses, sem religião, sem transcendência e valores? Um mundo de pura tecnologia? Onde isso vai dar? Um mundo voltado para o imediato, para o consumo em alta escala. Isso não levaria a uma autodestruição do planeta? Foi nos anos 20 e 30 que se constatou que diante do instrumentalismo total o racionalismo perde a capacidade de resistir aos ataques do irracionalismo. No anos que assistiram a ascensão do nazismo o filósofo Max Horkheimer, chefe da Escola de Frankfurt, escrevia sobre a incapacidade da razão defender a própria razão.

O segundo indício de crise pode ser identificado na visão que se construiu no pós Segunda Guerra sobre a modernidade, ou seja, apesar da Era de Ouro do capitalismo, reconstrução da Europa, desenvolvimento no Terceiro mundo, e do otimismo ligado a isso, uma visão negativa de modernidade começou a se consolidar. Uma visão segundo a qual modernização significa totalitarismo. Uma visão, segundo Touraine, orwelliana, fazendo referência ao livro “1984” de George Orwell. Totalitarismo porque a sociedade moderna desenvolveu uma capacidade ilimitada de controle dos indivíduos que nela vivem. O livro “Vigiar e punir” de Michel Foucault, de 1975, representa uma consolidação dessa visão. A idéia do panóptico, da sociedade disciplinarizada, controlada, onde a lógica do sistema se impõe a todos, formando uma rede de micropoderes na qual todos somos agentes involuntários.

O terceiro nível de crítica do modelo clássico de modernidade foi menos intelectual e mais prático e político. Resultou de uma rebelião de todas aquelas forças dominadas e consideradas como irracionais. Os operários fizeram a crítica e reagiram aos processos de racionalização do trabalho e ao taylorismo, entende esse processo como uma forma mais sofisticada de dominação, controle e exploração do trabalho. Os países até então dominados pelos Estados Europeus iniciaram o processo de descolonização cuja legitimidade foi buscada no confronto estabelecido entre suas tradições nacionais, religiosas, linguísticas, sociais, políticas, etc, e o universalismo. Universalismo passa a representar então nada mais do que uma forma de dominação. Do ponto de vista das relações entre homens e mulheres, o movimento feminista significou uma recusa das mulheres à posição de inferioridade que até então era colocada.

Diante desses vários níveis de crise e de sublevação das forças sociais dominadas dentro desse modelo de sociedade, promoveu-se uma volta ao mundo da identidade

comunitária, do nacionalismo, eliminando as vezes a qualquer referência aos valores universais. Ainda na década de 60 esse panorama não estava totalmente consolidado. No momento de realização do Concílio do Vaticano II, entretanto, pairava o sentimento geral de crise e de necessidade de mudança de parâmetros na organização das sociedades modernas.

V

Diante do quadro geral de mudança esboçados acima, mudanças em todas as esferas da existência, a Igreja Católica não podia ficar indiferente. A Igreja experimentou nesses anos momentos também de crise e impasses. Suas idéias, dogmas, posicionamentos diante das questões do mundo e sua própria estrutura organizacional foram sistematicamente colocadas em cheque. Fato que explica as iniciativas do Papa João XXIII e a publicação das encíclicas *Mater et Magistra*, em 1961, discutindo a questão dos trabalhadores, e *Pacem in Terris*, em 1963, tematizando o problema da paz mundial. No centro de suas iniciativas está a convocação do Concílio do Vaticano II, onde o objetivo fundamental era o de modernizar a Igreja e capacitá-la para o enfrentamento dos problemas da sociedade e mundo contemporâneos.

Bibliografia

- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto/ São Paulo: Unesp, 1996.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CHESNAUX, Jean. **Modernidade-mundo**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FEATHERSTONE, Mike (org.). **Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1988.
- FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru/SP: Edusc, 2006.
- GODINHO, Vitorino de Magalhães. **Os descobrimentos e a economia mundial**. Lisboa: Arcádia, 2002.

GORENDER, Jacob (e outros). **História e crise contemporânea**. São Paulo: Pulsar, 1994.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KRIEGL, Anne. **As internacionais operárias (1864-1943)**. Lisboa: Bertrand, 1974.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MAGDOFF, Harry. **Imperialismo: da era colonial ao presente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MOORE Jr., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RENOUVIN, P. **Introdução à história das relações internacionais**. São Paulo: Difel, 1978.

SADER, Emir (org). **O mundo depois da queda**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1985.

TOURAIN, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O capitalismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

